

ALADI/CR/Ata 684
2 de setembro de 1998
Hora: 10h às 12h10m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 680ª/Rev. 1 e 683ª sessões.
4. Informe do Presidente do grupo de trabalho sobre cumprimento da Resolução 240 do Comitê de Representantes.
5. Relatório da Trigésima Sétima Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XXXVII/Relatório).
6. Apresentação do Relatório da Quarta Reunião de Responsáveis Governamentais pela Política Comercial da América Latina e do Caribe (CEPAL, Santiago do Chile 20-21/VIII/98).
7. Apresentação do Estudo: "Análise sobre as possibilidades de articulação e convergência dos acordos no âmbito da ALADI" (ALADI/SEC/Estudo 109).
8. Sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.
9. Informe sobre a participação do Secretário-Geral no Primeiro Seminário de Integração Econômica do Centro-Oeste Sul-americano, em Cuiabá - MT.

10. Assuntos diversos.

- Reunião de Altos Funcionários para assuntos de integração na sede da Associação (11 de setembro de 1998).
- Próxima reunião de Chefes de Representação.

Preside:

MANUEL JOSÉ CÁRDENAS

Assistem: Carlos Onis Vigil, Gustavo Adolfo Moreno, Noemí Gómez e Julia Adriana Pan (Argentina); Mario Lea Plaza Torri e José Guillermo Loría González (Bolívia); José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Flávio Marega, Eduardo Paes Sabóia e Paulo Roberto Ribeiro Guimarães (Brasil); Augusto Bermúdez Arancibia e Flávio Tarsetti Quezada (Chile); Manuel José Cárdenas (Colômbia); Guillermo Wagner Cevallos, José Piedrahíta e Carlos Santos Repetto (Equador); Rogelio Granguillhome, José Luis Solís, Julio Lampell, Alberto Rodríguez e Arturo Juárez (México); Efraín Darío Centurión, Luis Alfonso Copari e Arístides Romero Fleitas (Paraguai); Julio Balbuena López-Alfaro, José Eduardo Chávarri, Agustín de Madalengoitía e Elizabeth González de Fábrega (Peru); Carlos A. Zaballos e José Roberto Muínelo (Uruguai); Juan Moreno Gómez e Ruben Pacheco (Venezuela), Inés Pijuán (Costa Rica); Diana Cantón Otaño (Cuba); Luis Ramón Ortiz Ramírez (Honduras); Zourab Peradze (Rússia); e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretários-Gerais Adjuntos: Juan Francisco Rojas e Isaac Maidana Quisbert.

Secretaria: Alberto Otero Bosque.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Comunico que o ponto 4, referente ao informe do Presidente do grupo de trabalho sobre cumprimento da Resolução 240 do Comitê de Representantes, é retirado da ordem do dia porque ainda não está pronto.

Em consideração os demais pontos.

Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, solicito que seja colocado na ordem do dia um informe que desejo apresentar sobre a participação do Secretário-Geral no Seminário de Integração Econômica do Centro-Oeste Sul-Americano, em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso.

PRESIDENTE. Muito bem, será incorporado como ponto 9.

Não havendo observações, APROVA-SE a ordem do dia com as modificações introduzidas.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Em “Assuntos em pauta” estão registradas as notas e documentos a que corresponde dar entrada na presente sessão.

Cabe destacar a convocação da Trigésima Terceira Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários. A Proposta 206 será incluída como ponto da ordem do dia da próxima sessão.

Cabe destacar também os seguintes Estudos: 116, sobre “Elementos relativos à economia internacional”, 117, “As negociações e ações econômicas internacionais principais e suas implicações na integração dos países da ALADI”, 118, “Conteúdo e ritmo das negociações da ALCA e sua influência no processo de negociações econômicas em que estão envolvidos os países da ALADI”, o 119, sobre “Elementos relativos ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte” e, por último, Senhor Presidente, o Estudo 120, sobre “Panorama e tendências do intercâmbio comercial dos países da ALADI”.

Depois da publicação dos assuntos em pauta recebemos uma nota da Delegação do Brasil, como Secretaria Pro Tempore do MERCOSUL, mediante a qual deposita o Acordo assinado entre o MERCOSUL e os países-membros do Mercado Comum Centro-Americano, em 18 de abril de 1998 em Santiago do Chile.

O Acordo, Senhor Presidente, já foi registrado e está sendo distribuído, ao amparo do Artigo 14 do Tratado de Montevideu 1980, com o número 12.

Esses são os assuntos para destacar, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Passamos ao seguinte ponto.

3. Consideração das atas correspondentes às 680ª/Rev. 1 e 683ª sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

4. Relatório do Presidente do grupo de trabalho sobre o cumprimento da Resolução 240 do Comitê de Representantes.

Adiado.

5. Relatório da Trigésima Sétima Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetário.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretária.

SECRETARIA. (Alberto Otero). Obrigado, Senhor Presidente.

A Trigésima Sétima Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários realizou-se em Santo Domingo, de 10 a 14 de agosto passado, e nela concluiu o processo de revisão do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, disposto pela Resolução 84 do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários.

O resultado deste processo é uma recomendação da Comissão Assessora ao Conselho no sentido de aprovar um protocolo modificativo do Convênio e fazer modificações concordantes ao regulamento correspondente.

Entre os principais ajustamentos incluídos no projeto de protocolo modificativo estão os referentes aos próprios eixos do funcionamento do Convênio, como a compensação multilateral, os pagamentos admissíveis e o sistema de garantias.

Na compensação multilateral se estabelece a obrigatoriedade da concorrência de todos os bancos centrais ao final do processo, exceto os casos em que surgirem problemas de liquidez a um banco central para honrar seu saldo devedor na compensação. Neste caso seria aplicado, automaticamente, o programa automático de pagamentos já vigente e que, por outro lado, cobre o risco sistemático da convergência dos saldos.

Quanto aos pagamentos admissíveis, estão determinados no Convênio atual, quando se fala de pagamentos admissíveis, refere-se aos pagamentos de qualquer natureza realizados entre bancos centrais dos países-membros. Estes serão considerados como os pagamentos correspondentes ao comércio de bens e de serviços e despesas relacionados que sejam realizados através do Convênio, que seria a base comum, e, alternativamente, os bancos centrais entre si podem decidir a canalização de outros pagamentos como os referentes a serviços diferentes dos relacionados com o comércio de bens.

Por outro lado, são mantidos os instrumentos de triangulação como o desconto de instrumentos originados em exportações de bens e a triangulação comercial entre países dos bancos centrais membros.

Finalmente, no que se refere ao sistema de garantias, são mantidas as atuais, com a ressalva de que a garantia de reembolso amparará plenamente os pagamentos das operações que forem elegíveis quando estas corresponderem a pagamentos admissíveis, bem cursadas e bem executadas. Se existir diferença entre as instituições autorizadas com relação a alguma operação, a responsabilidade será delas que deverão resolver a situação.

Por outro lado, indica-se que a exposição a risco dos bancos centrais será protegida mediante disposições internas adotadas por cada um deles e apoiadas no princípio de cooperação e solidariedade entre os bancos centrais.

Além disso, ao controle destas operações será aplicado o SICAP-SICOF, recentemente aperfeiçoado.

Há outras modificações que se referem aos órgãos de governo e administração do sistema. O Conselho continua sendo, obviamente, o órgão de governo. Estabelece-se a possibilidade de que possa adotar resoluções extraordinárias sem reunião para facilitar algumas decisões que é necessário tomar de forma urgente.

A Comissão Assessora fica como órgão assessor do Conselho. O Banco Agente e a Secretaria se redefinem em suas funções e são incluídas instâncias operacionais referentes ao SICAP-SICOF como o centro de operações do sistema SICAP e os centros regionais constituídos em cada um dos bancos centrais.

Outra mudança significativa é a referente às taxas de juros que até o presente estavam baseadas em uma média da taxa "prime", que tinha um desconto de dez por cento. Esta taxa, como é sabido, tinha provocado, juntamente com a liquidez atual dos bancos centrais, um excesso de pagamentos antecipados no encerramento do período. Agora será aplicada uma média da taxa libor mais um ponto percentual, que é o ponto médio, que se considera o ponto médio entre os custos de aplicação e os benefícios de aplicação dos recursos.

Finalmente, fica consolidado no Convênio um mecanismo de solução de controvérsias, que é o aprovado atualmente pelo protocolo correspondente.

Quanto ao processo de revisão do Convênio, isto é, de modo geral, o que podemos informar. Estamos à disposição dos Senhores Representantes para qualquer consulta.

PRESIDENTE. Qual é o procedimento para aprovar estas recomendações?

SECRETARIA (Alberto Otero). Encaminha-se à reunião do Conselho, prevista para os dias 1º e 2 de outubro, em Washington, uma recomendação da Comissão Assessora no sentido de que o Conselho aprove e subscreva um protocolo modificativo e aprove modificações ao regulamento do Convênio.

Se o Protocolo for aprovado e subscrito, entrará em vigência vinte dias depois de sua aprovação e haveria uma vigência especial para as taxas de juros que deveriam corresponder ao início de um período de compensação.

PRESIDENTE. Agradecemos a Secretaria pelo informe apresentado. É muito importante, e desejo salientar que finalmente se tenha chegado a um acordo sobre as modificações a este acordo que estavam sendo negociadas e que devido à difícil situação econômica e financeira internacional, este acordo terá, nos próximos anos, nova e renovada importância.

Creio que será um instrumento muito importante no momento em que novamente surgirem entre nossos países limitações para os pagamentos. Desta forma, o Convênio torna novamente vigência e importância muito maiores. E esta é uma oportunidade para fazer uma proposta que, creio deveríamos ter muito presente no sentido de como fazer para que todas estas mudanças e fenômenos financeiros internacionais que estão surgindo com maior força não destruam o que se obteve durante estes anos, particularmente a partir de 90, no que se refere ao processo de integração; o processo de integração avançou porque existiram economias abertas e existe o perigo de que com a mudança da situação possam surgir novamente as restrições, a aplicação de cláusulas de salvaguarda, fato que exige maior esforço, não somente por parte das autoridades que manejam os aspectos relacionados com o comércio, mas também os aspectos macroeconômicos de nossos países para buscar uma maior coordenação e evitar que os fluxos e as correntes de comércio gerados nestes anos estejam limitados.

É muito importante, particularmente para o setor privado, garantir que esse mercado ampliado não se limitará novamente e que os investimentos e todo o trabalho que se fez em função do mesmo, de alguma maneira, não desapareça.

Por conseguinte, seria importante que a Secretaria fizesse um esforço para acompanhar todos estes fenômenos e nos apresentasse as propostas que considere oportunas.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo agradecer à Secretaria seu informe, e particularmente, ao amigo Otero. Desejo fazer uma consulta: não sei se entendi bem que a taxa prime passou para Libor mais um. Desejaria que me esclarecesse um pouco mais esse conceito, por favor.

Obrigado, Senhor Presidente.

SECRETARIA (Alberto Otero). Atualmente os saldos entre os bancos centrais geram juros que se baseiam na taxa "prime" do banco de maiores ativos da cidade de Nova York. Para determiná-las se realiza um levantamento diário da taxa vigente cada dia durante os três primeiros meses e meio do período. Com esse levantamento se realiza uma média aritmética da taxa, descontando-se dez por cento. Essa taxa aplica-se para o período respectivo.

A taxa "prime" é uma taxa de depósitos, é uma taxa pesada. Nos últimos meses estava por volta de 7,7 por cento. Essa taxa aplicada aos saldos do Convênio fazia com que os bancos centrais devedores, com disposição de liquidez bastante importante no momento atual, tratassem de cancelar seus saldos devedores antes de chegar ao encerramento do período, com o qual era deteriorado o sentido de poupança de divisas por compensação.

Buscou-se, então, uma taxa de mercado, como a libor, taxa calculada pela Associação Bancária de Londres, da Grã-Bretanha, que estava por volta de 5 por cento. Como não se queria afetar nem os devedores nem os credores, os devedores pelo peso da taxa e os credores pela cobrança de uma taxa menor à do mercado, decidiu-se mudar essa taxa e acrescentar um ponto à libor de quatro meses correntes para cumprir as duas condições, isto é, satisfazer os devedores, por um lado, e os credores, por outro. Essa seria a taxa a ser aplicada a partir de 1º de janeiro do próximo ano.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Algum outro comentário?

Se não há comentários, passamos ao ponto seguinte.

6. Apresentação do Relatório da Quarta Reunião de Responsáveis Governamentais pela Política Comercial da América Latina e do Caribe (CEPAL, Santiago do Chile, 20-21/VIII/98).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Obrigado, Senhor Presidente.

Nos dias 20 e 21 do mês passado se realizou a Quarta Reunião de Responsáveis Governamentais, organizada mediante um mecanismo conjunto da Secretaria-Executiva da CEPAL, da Secretaria Permanente do SELA e da Secretaria-Geral da ALADI.

Nessa ocasião participaram com representantes de alto nível apenas sete países-membros da ALADI. Dos vinte e oito países convocados, apenas quinze participaram com representantes de um nível bastante representativo, não obstante este ser um foro no qual não se espera alcançar nenhum tipo de compromisso e não ser um foro negociador, é um foro estritamente de reflexão e onde há oportunidades para as organizações, para as secretarias de conhecer um pouco a visão dos representantes responsáveis pelas políticas comerciais dos países, a fim de orientar, de alguma maneira, suas atividades para poder apoiar efetivamente as negociações que se estão realizando.

Cabe destacar que dos demais países participantes, os cinco países-membros do Mercado Comum Centro-Americano e três países do Caribe enviaram participantes de muito alto nível.

Nessa reunião, levando em conta a agenda que tínhamos aprovado -que, como é de conhecimento de todos os senhores, constava das diferentes matérias que formam o temário econômico internacional- procuramos vê-lo em três níveis: multilateral, hemisférico e de caráter regional.

Como resultado das deliberações, os representantes governamentais chegaram a algumas conclusões que orientam muito os trabalhos que realizaremos. Destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de identificar pontos de coincidência dos países em diferentes aspectos dessa temática internacional para fortalecer a capacidade negociadora da região nos diferentes foros e, em particular, nos foros de caráter comercial.

Isso dá uma primeira pauta de trabalho para as três organizações que participamos como organizadoras desse evento.

Um segundo tema, muito discutido durante toda a reunião, também muito presente na agenda da ALADI, é a dimensão do desenvolvimento, no qual se verificou que existe um convencimento pleno da perda de importância da consideração deste tema em todos os foros e que se reflete, logicamente, em cada uma das matérias que fazem parte da agenda econômica internacional.

Finalmente, os participantes da reunião destacaram a necessidade de manter, de alguma maneira, uma presença viva desta temática da dimensão do desenvolvimento em matérias tais como acesso a mercado, agricultura, liberalização do comércio de serviços e investimentos. Repito que este tema foi amplamente discutido, mas tampouco houve luzes sobre como encarar de forma original este tratamento diferencial nestas diferentes matérias e, logicamente, nos diferentes foros onde é considerado.

Destacou-se a necessidade de fortalecer as normas comerciais multilaterais, de modo particular as referentes ao cumprimento dos compromissos derivados da Rodada Uruguai. Nesse sentido salientou-se a importância de fortalecer o mecanismo de solução de controvérsias, da OMC, como instância válida para dirimir os diferentes litígios comerciais dos países.

Em matéria de integração econômica tivemos ocasião de apresentar três trabalhos conhecidos por todos os senhores: o Estudo 113, sobre a situação do processo de integração, o Estudo 112, sobre as normas comerciais e o Estudo 109, que será tratado no próximo ponto da agenda. Estes estudos foram apresentados com a intenção de realizar um debate sobre o tema da articulação e convergência em matéria de integração regional. Nesse debate os países destacaram a necessidade de continuar avançando neste campo como parte fundamental de suas estratégias para uma melhor inserção na economia internacional e manifestaram, também, a necessidade de ampliar e acelerar a liberalização do intercâmbio de bens e de serviços de maneira tal que essa liberalização estimule, efetivamente, o processo de investimento entre os países.

A continuação foi discutido um ponto que vale a pena ressaltar. Tradicionalmente estas matérias eram discutida nos foros em que íamos negociar. Havia certas visões no campo multilateral quando o foro era a OMC; algumas visões não coincidiam quando eram tratados estes temas no campo regional e foi salientada, fundamentalmente, a necessidade -isto reforça muito a existência deste tipo de foro como o que tivemos a oportunidade de participar- de que os temas prevaleçam sobre os foros de maneira tal que se estabeleça uma estrutura piramidal quanto à formação de posições por parte dos países. Ou seja, não atacar o tema segundo o foro, mas atacar os temas e tentar homogeneizar a participação dos países nos diferentes foros, conforme as definições que se faça em cada tema.

Finalmente, Presidente, um último comentário, relacionado com um tema destacado pelos representantes governamentais presentes, referente às dificuldades que estão surgindo pela simultaneidade de negociações bilaterais, sub-regionais, regionais, hemisféricas e multilaterais. E surgiu outro tema, onde creio que nossa Secretaria teve participação importante com relação à formação de recursos humanos no campo das negociações comerciais internacionais.

A pedido de um dos países participantes tentou-se retomar o tema de um acordo regional, do qual todos temos conhecimento, que foi apresentado ao Programa das Nações Unidas que, entre outros elementos, contemplava a necessidade de formar recursos humanos no campo das negociações comerciais internacionais.

Por último, decidiu-se que a próxima reunião fosse realizada na sede da Comunidade Andina, na cidade de Lima, no próximo ano, e a Secretaria do SELA, pela proximidade geográfica, ficou encarregada de dar o apoio necessário para organizar esta reunião.

Queria, referir-me brevemente, Senhor Presidente, a que no dia prévio ao início desta reunião de responsáveis tivemos ocasião de intercambiar idéias com as Secretarias do SELA e da CEPAL e também estiveram presentes o Secretário-Geral da SIECA, um

representante da Secretaria-Geral da Comunidade Andina e outros funcionários de direções regionais da CEPAL, em particular a da Colômbia e a do Caribe, para discutir alguns aspectos relacionados com os trabalhos de maneira de evitar duplicações. Em princípio, acordamos um programa de atividades muito pequeno, mas de muito significado, sobretudo, repito, em termos da disponibilidade de recursos que tem cada uma de nossas organizações. Nesse sentido, encomendou-se à CEPAL acompanhar permanentemente as atividades desenvolvidas pelas demais Secretarias. A CEPAL vai apresentar, no mês de novembro, uma proposta de como fazer esse acompanhamento, que em determinado momento será colocado na página Web da CEPAL.. Por outro lado, o SELA ficou encarregado de apresentar uma proposta sobre como fazer o acompanhamento dos diferentes temas da agenda internacional, em particular do ponto de vista do enfoque multilateral deste temário. Por último, nossa Secretaria teria a seu cargo a apresentação de uma proposta para acompanhar as diferentes atividades de caráter regional, referentes ao tema da articulação e convergência dos processos de integração.

Dessa reunião surgiram dois elementos adicionais: um, referente à necessidade de identificar projetos de caráter conjunto para serem desenvolvidos por duas das Secretarias, por pares de Secretarias participantes, e outro fator, que é importante, que todas estas ações de caráter multilateral entre as Secretarias sempre são muito difíceis de realizar por uma razão muito simples, que é que a natureza dos trabalhos de cada uma de nossas organizações é muito diferente, mas não impediriam estabelecer uma espécie de acordos bilaterais entre estas Secretarias para levar a cabo ações. Imediatamente as Secretarias da SIECA e da Comunidade Andina entraram em contato para fazer dois trabalhos de interesse para a Comunidade Andina e que a SIECA já tinha adiantado. No nosso caso - onde sim temos uma coordenação mais ou menos permanente com a Secretaria dos países andinos- entramos em contato com a Secretaria da SIECA que realizaram importantes avanços, principalmente no estabelecimento de um banco de normas reguladoras da liberação do comércio de serviços.

Em termos gerais, Senhor Presidente, esses foram os resultados. Queria informar que ainda não temos uma versão definitiva do relatório final. Recém estamos tratando de aperfeiçoá-la entre as três Secretarias. Não é um relatório final, mas um resumo, recolhendo as discussões e ampliando um pouco as conclusões que indicava anteriormente. Por outro lado, estamos fazendo uma publicação com os principais documentos distribuídos durante os debates e que, em boa medida, refletem nossa opinião, uma boa base para alimentar os países-membros na determinação de posições nos diferentes temas da agenda desta reunião. Isto é tudo, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradecemos ao Doutor Rojas o informe apresentado sobre a reunião e ofereço a palavra.

Se não há comentários especiais, passamos a outro tema.

7. Apresentação do Estudo sobre “Análise sobre as possibilidades de articulação e convergência dos acordos no âmbito da ALADI” (ALADI/SEC/Estudo 109).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Obrigado, Senhor Presidente.

Com data de 1º de abril distribuimos o Estudo 109, elaborado fundamentalmente pela economista Silvia Lain, consultora nossa, com o apoio direto da Divisão de Estudos e Estatísticas de nossa Secretaria.

Este estudo pretendia dar uma idéia dos avanços dos programas de liberalização nos diferentes acordos, qual era o impacto sobre o intercâmbio comercial com base nos avanços nesses programas de liberalização.

E a intenção era dupla: por um lado, além de apresentar este estado de situação e de informar as perspectivas que poderiam apresentar-se em matéria de liberalização do comércio de bens dentro dos países-membros com base nos acordos subscritos no âmbito do Tratado, também a intenção era estabelecer uma metodologia de trabalho que nos permitisse, eventualmente não somente manter atualizada essa informação, mas adicionalmente, se fosse o caso, elaborar propostas de caráter parcial ou, mais que propostas, recomendações aos diferentes países signatários dos diferentes acordos com a intenção, se for a decisão política a adotar, de contribuir para a realização dos programas de liberalização entre esses países signatários.

O documento parte, inicialmente, de uma análise sobre a estrutura tarifária e dos níveis tarifários vigentes na região, onde, efetivamente se comprova em primeiro lugar, uma redução das médias tarifárias calculadas como medida aritmética simples, não média aritmética ponderada -como nos manifestava José Luis na reunião de Santiago-; é média aritmética simples sobre tarifas nominais, não sobre tarifas, efetivamente canceladas nem causadas.

Comprova-se uma elevada dispersão dessas tarifas, obviamente também há uma estrutura muito dissímil entre as tarifas em termos dos setores produtivos, que determina a priori -sem ter feito o cálculo, logicamente, porque não temos as ferramentas metodológicas indispensáveis- que se parta da hipótese de que há uma proteção efetiva muito diferente por setores em geral entre cada um dos países e, em particular, em cada uma das sub-regiões grandes que fazem parte da Associação.

Isto nos leva a uma primeira conclusão, que avançar para a criação de uma zona de livre comércio entre os países-membros da ALADI implicaria, necessariamente, desenvolver uma negociação muito intensa e muito extensa em matéria de normas de origem.

Uma segunda característica, conhecida por todos, refere-se a características neste momento relevantes nos diferentes acordos subscritos no âmbito do Tratado e que nos levam a concluir que para o ano 2006 teremos 90 por cento do universo tarifário plenamente liberalizado e que para avançar nesse programa de liberalização seria necessário renegociar as listas de exceções e, em alguns casos, reduzir os prazos fixados nos diferentes acordos para alcançar essa liberalização plena.

Para chegar a essas conclusões partimos da base de estabelecer quatro famílias de acordos, para realizar as análises sobre os avanços do programa de liberalização. Em primeiro lugar, escolhemos a família dos acordos do Chile, a família do México -se podemos denominá-la dessa maneira-; por outro lado, a família MERCOSUL. E para completar a análise fizemos os cruzamentos entre estas famílias de acordos que existem na região. Poderiam-nos objetar por que não escolhemos a família Grupo Andino. Não temos a família Comunidade Andina porque a Comunidade Andina, como tal, não negociou nenhum tipo de acordo. Estão, neste momento, no processo de negociação com o MERCOSUL e por isso não faz parte desta análise que apresentamos.

Por famílias de acordos, as principais conclusões a que chegamos desenvolvendo as análises correspondentes são que os acordos do México -basicamente analisamos neste caso o Grupo dos Três e o Acordo com a Bolívia- caracterizam-se por ter desgravações mais lentas com um elevado número de exceções. E isso nos levaria à conclusão de que no ano 2005 haveria 70 por cento do universo tarifário totalmente livre, que seria, caso fosse a decisão política acelerar a liberalização do intercâmbio entre estes países ou os programas de liberalização do intercâmbio, necessário realizar uma forte tarefa de negociação em matéria de listas de exceções; com uma característica muito importante, que são algumas listas muito heterogêneas, onde se dão características de preferências e exceções cruzadas entre os países que fazem parte da análise neste segmento dos Acordos México com relação a seus demais sócios dentro da ALADI.

Em segundo lugar analisamos os acordos do Chile. Basicamente analisamos os acordos do Chile com a Colômbia, Equador e Venezuela. Não contávamos no momento da análise com o acordo que acaba de ser subscrito com o Peru e sim incorporamos uma análise do protocolo já subscrito com a Colômbia, tendo sido concluído ontem o processo de depósito do protocolo com a Venezuela, o qual tampouco faz parte desta análise.

Nesse sentido, os acordos celebrados no âmbito desta família Chile são acordos em geral, com desgravações mais rápidas e com muito poucas exceções ou com relativamente menos exceções frente aos acordos dos quais participa o México. Espera-se que para final de 1999 noventa por cento do universo tarifário esteja livre. Indica-se também que os acordos do Chile com três dos sócios da Comunidade Andina teriam uma zona de livre comércio quase plena no ano 2000. Nesse trabalho também comenta-se o esforço realizado pelo Chile nas negociações com a Colômbia, que no momento da publicação do trabalho estava desenvolvendo com a Venezuela em matéria de tratamento aos produtos compreendidos nas listas de exceções.

Por outro lado, os acordos do MERCOSUL com a Bolívia e com o Chile são acordos sem exceções. Têm tratamento especial para os produtos denominados sensíveis; em alguns casos foram denominados supersensíveis para um caso muito particular. Isto nos levaria à conclusão de que para o ano 2005 estaria liberado oitenta por cento do universo tarifário com o Chile, enquanto que para o ano 2006 no acordo com a Bolívia estaria liberado noventa por cento do universo tarifário. É importante, no acordo com a Bolívia, indicar que para o final de 2005 nenhum capítulo da tarifa aduaneira estará plenamente liberado. E no ano 2006 setenta e dois capítulos da tarifa aduaneira estarão plenamente liberados dentro desse acordo.

Caso haja uma decisão política de avançar para uma aceleração do estabelecimento das zonas de livre comércio, previstas como objetivo nesses dois acordos, tudo pareceria indicar a necessidade de renegociar os programas de liberalização neles compreendidos.

Quando fazemos a análise entre os cruzamentos das diferentes famílias de acordos, entre o Chile e o México há um novo acordo, que entendemos alcançaria uma zona de livre comércio no ano 99, mas não conhecemos exatamente as características desse acordo. Obviamente, tampouco foi objeto de análise; foi subscrito, creio, em abril deste ano, mas é importante destacar que nos acordos do México já figuram todos, não somente tratamentos de liberalização do comércio de bens, mas também avança no tema serviços, investimentos e outras matérias colaterais. No caso do Chile, este tratamento se insinuava em seus acordos originais e foi aprofundado nas renegociações que está realizando, em particular na renegociação que celebrou com o México.

No entanto, o cruzamento de acordos entre o MERCOSUL e seus sócios -que seriam o MERCOSUL com o Chile e o MERCOSUL com a Bolívia- levar-nos-ia a pensar que no ano 2006 estaria liberado 90% do universo tarifário com base nos programas de liberalização desses acordos.

Para completar uma zona de livre comércio onde participem os onze países-membros da Associação seria necessário, logicamente, completar um entrelaçamento de acordos que está sendo estabelecido dentro da região e cabe destacar, em particular por sua importância de tipo comercial ou que poderia ter, do ponto de vista comercial, o acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, por um lado, e a eventualidade do acordo entre o MERCOSUL e o México, que é uma negociação que está ainda no âmbito da decisão política.

Seria necessário encarar um processo de negociações das exceções. Isso abre também um caminho muito importante para a Associação, caso haja decisão política de avançar nessa direção, já que abriria também um campo bastante importante de participação para o setor privado, não somente das listas de exceções, mas dos produtos denominados sensíveis e que têm uma liberação bastante ampla.

Finalmente, caberia realizar um trabalho de aceleração dos programas de liberalização e haveria que calcular muito bem o impacto do comércio. Temos a sensação a priori de que uma aceleração de muitos dos programas de liberalização nos quais estão imersos os países-membros poderia, em alguns casos, causar um impacto significativo no comércio, mas em contados casos, em um universo relativamente muito curto, muito pequeno. Por outro lado, há também muitos cronogramas que se estendem no tempo e que correspondem a produtos não comercializados na região, que não têm comércio significativo tampouco com terceiros países, com o qual não seria de esperar um impacto positivo sobre o crescimento do comércio e tampouco seria de esperar, do ponto de vista nacional um impacto negativo que pudesse dificultar um tipo de relacionamento interno entre os diferentes grupos sociais que funcionam em cada uma de nossas sociedades.

Em termos gerais, Senhor Presidente, esse é o trabalho que queríamos apresentar. Creio -pelo menos é nossa opinião- que abre uma pauta de trabalho muito importante e que, conforme a decisão política que adotem os países signatários dos acordos, a Secretaria poderia atender qualquer demanda neste campo que se considere necessária. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Ofereço a palavra sobre a apresentação da Secretaria.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Queremos agradecer à Secretaria a apresentação do estudo, que consideramos muito interessante. Creio que é um tema que nos obriga a continuar refletindo.

Porém, queríamos fazer algumas observações que poderiam enriquecer consideravelmente o trabalho. Algumas de caráter particular, que têm a ver com os dados, principalmente, de tarifas, utilizados no estudo, e outras, de caráter geral, que têm a ver com o enfoque manejado neste documento.

O título do parágrafo, por exemplo, de estruturas tarifárias vigentes em 96, indica esse ano como ponto de referência dos dados. Porém, nas conclusões e títulos dos quadros se faz referência às tarifas vigentes em 97. Isto gera uma fonte de confusão, que poderia ser solucionada.

Por outro lado, a tarifa média simples de importação que se apresenta para o México é incorreta. Estamos distribuindo uma informação oficial sobre as tarifas mexicanas -base: cláusula da nação mais favorecida-, onde se mostra esta situação. Ou seja, a tarifa média foi de 13,3% em 1996, média simples de importação, e de 13,12% em 97 e não 15,32% de 96-97, com se mencionou no estudo.

Outrossim, as tarifas de importação aplicadas por outros países não concordam em todos os casos com as que a própria Secretaria-Geral fornece em suas bases de dados do sistema integral de informação. Haveria que solucionar esta discrepância.

Por outro lado -e esta seria uma crítica mais de fundo- a estrutura tarifária de um país não pode ser caracterizada unicamente pela análise da tarifa máxima, mínima, média simples, senão que é necessária uma análise do nível da tarifa média ponderada, como já se tinha indicado. Isto é, a tarifa realmente aplicada às importações que realiza o país ponderado pelos volumes de comércio, bem como a dispersão tarifária, utilizando para isso o desvio padrão da tarifa.

Sobre estes indicadores, cabe destacar que o México passou de uma tarifa média ponderada de importação de 5,7%, em 94, para 2,6%, em 97, e de 8,5% de dispersão tarifária em 95, para 7,4, em 97. Ambos os dados são omitidos no estudo. Acreditamos que a incorporação da análise das tarifas ponderadas seria fundamental para ter, realmente, um critério muito mais sólido para poder chegar a conclusões válidas sobre a estrutura tarifária de nossos países.

Por outro lado, no campo das observações gerais deveríamos mencionar que o estudo foi elaborado com um enfoque onde se analisa o processo de integração e seus avanços em função praticamente exclusiva da proliferação dos acordos bilaterais, sub-regionais, dos chamados acordos de terceira geração, chegando-se à conclusão de que a articulação e convergência destes acordos é um processo que será dado praticamente de maneira espontânea e de maneira automática e que, portanto, o único que faltaria verificar neste processo é como se vão reduzindo as listas de exceções, como vão acelerando-se a desgravação e os programas de desgravação, para que finalmente, como resultado desta multiplicação, desta proliferação de acordos, chegar a sua articulação e convergência.

Consideramos que esta é uma hipótese difícil de manter pela realidade. Longe disso, os acordos de terceira geração, em geral os acordos que estão no entrelaçamento de acordos, não têm algo que assegure sua articulação e convergência; pelo contrário, mais que uma articulação talvez tenhamos uma superposição de acordos com normas diferentes e, às vezes, divergentes, que, longe de aproximar-nos do que seria uma zona de livre comércio entre nossos países, tal como se postula no Tratado de Montevideu 1980, levar-nos-ia a uma situação de fortalezas sitiadas cada uma em seu lugar.

Acreditamos que a única possibilidade de avançar na articulação e convergência é visualizando-a em termos de um terreno comum onde possamos trabalhar conjuntamente e este terreno comum não é outro senão o das normas. Ou seja, normas comuns de alcance regional que possam efetivamente representar para nossos países interesses compartilhados e que possam, em um momento dado, fazer avançar a integração, já não no plano bilateral, mas em uma escala realmente regional.

Esta situação das normas é o melhor para entender todo o processo de articulação e convergência e sobre isso deveria tratar o estudo. O estudo, de alguma maneira, não analisa esta parte do processo. Há outros estudos que, efetivamente, tratam sobre normas; mas creio que isto estabelece dois enfoques bastante diferentes do que é o processo de integração no seio da Associação. Como já disse, um enfoque onde a articulação e convergência aparecem como resultado natural e espontâneo da multiplicação dos acordos, dos acordos de terceira geração, e outro enfoque onde devemos ter uma agenda para a articulação e convergência na ALADI, uma agenda positiva para a articulação e convergência onde se expresse, precisamente, a vontade política de nossos países para chegar a esta situação.

No documento não há indícios que apontem para esta agenda, precisamente porque se parte da hipótese de que, finalmente, a convergência é um processo natural e espontâneo e que, portanto, haveria que esperar simplesmente que se complete o entrelaçamento de acordos -como se denomina- para obter a mencionada convergência.

De fato, isto nos leva à análise de uma situação ainda de maior transcendência na Associação. Se a Associação não está vigente atualmente na agenda de nossos Governos, é simplesmente porque os processos a deixaram de lado. E a deixaram de lado precisamente porque não houve esse âmbito comum suficientemente desenvolvido, que não é outro que a criação de normas de alcance regional que permitam, precisamente, que a ALADI tenha vigência e credibilidade perante nossos Governos e perante o processo de integração como um todo.

Basicamente, creio que estes são os aspectos fundamentais de enfoque no estudo, que fazem com que não tenha a força, a capacidade de interpretação que poderia ter se se incorporasse, por um lado, um enfoque menos fatalista da articulação e convergência; ou seja, um enfoque onde a articulação e convergência não fossem apenas produtos desse processo espontâneo, esse resultado automático da proliferação de acordos e, por outro lado, onde se avançasse no que seria uma agenda para a convergência no seio da ALADI.

Como disse, esta agenda para a convergência tem em comum apenas a criação de normas comerciais de alcance regional que dêem certa credibilidade a nossos países. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Há algum outro comentário? Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA. Obrigado, Senhor Presidente.

Eu também quero agradecer à Secretaria o importante documento que nos forneceu e manifestar que, embora a Representação da Colômbia tivesse feito oportunamente alguns comentários, desejaria fazer outros comentários para que contribuam em algo para o enriquecimento deste documento.

Embora seja verdade, como disse o Senhor Secretário-Geral Adjunto, que se classificam quatro famílias de acordos, é importante fazer notar que são tratadas três famílias no que tem a ver com a análise de fundo. É deixado de lado o tema do qual participa a Comunidade Andina. Importa, porém, afirmar que neste sentido considero que o Senhor Secretário-Geral Adjunto já nos fez o comentário respectivo.

O outro comentário de forma obedece à imprecisão quanto à entrada em vigor da zona de livre comércio na Comunidade Andina. No documento se menciona o ano 1994, sendo que esta zona entrou em vigor a partir de 1991, de forma gradativa.

Quanto ao conteúdo do documento, importa fazer notar que ele nos menciona três recomendações muito importantes: a culminação das negociações CAN-MERCOSUL -que, como sabemos, está em andamento-, a redução dos prazos e a diminuição das isenções nos acordos existentes. Quanto a este aspecto, no entanto, é de muita importância manifestar que a articulação e convergência não obedeceriam um procedimento de ordem mecânica, mas soluções que tenham viabilidade política. Esses seriam meus comentários, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente. De forma muito breve queria referir-me a um tema de fundo, mencionado pelo Senhor Representante do México. Para nós, o enfoque do estudo da Secretaria quanto à articulação e convergência é um enfoque adequado, no sentido de que esta articulação e convergência existirá na medida em que os acordos ou as famílias de acordos se aprofundem e se entrelacem no âmbito da Associação.

Não nos parece necessário, de nenhuma maneira, um grande plano mestre de negociação de normas convergentes por cima dos acordos que nossos Governos estão fazendo em grupo entre nós. Isto não quer dizer, logicamente, que não haja ainda muito para fazer em termos de normas regionais. Mas, as decisões sobre temas, alcances, profundidade para lançar essas negociações sobre normas regionais são decisões que, para nós, estão supeditadas a outro tipo de compromissos. Ou seja, em nível multilateral da Organização Mundial do Comércio, e principalmente em nível sub-regional, que são hoje a família de acordos que descreve o estudo, e são o verdadeiro eixo, o verdadeiro motor da integração regional.

Queria dizer isso, apenas para que nossa ressalva conste em atas. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Há algum outro comentário?

Na realidade, em diferentes oportunidades, no Comitê de Representantes temos tratado este tema da articulação e convergência, e tem dois aspectos: a articulação e convergência na parte tarifária e a articulação e convergência na parte normativa. Talvez o estudo da Secretaria seja válido na parte tarifária, no sentido de que se se avança em todo esse esforço de eliminação dos gravames e restrições, no começo do ano 2000 teremos uma percentagem de comércio liberada. E o trabalho se limita a isso: não aborda o tema da parte normativa, da articulação e convergência das diferentes normas. E temos visto que este não é um processo fácil. Também tivemos ocasião de analisar por que, existindo as normas da OMC, nem todos nos ajustamos a elas e regulamos todas nossas atividades através delas. E já vimos como essas normas são incompletas em muitos aspectos, não têm uma aplicação nacional direta. Por outro lado, como comentava o Senhor Representante do Brasil, também acompanhamos a evolução dos acordos sub-regionais, bilaterais e parciais, onde também temos normas cuja compatibilização não é fácil porque obedecem realidades diferentes, não apenas dos países, mas dos processos de integração em andamento. Não é igual ter normas de origem em um processo de integração que simplesmente estabelece uma preferência tarifária ou uma zona de livre comércio que ter normas de origem para um processo de integração que visa uma união aduaneira ou mais ainda.

Então, na realidade, as possibilidades de articulação e convergência não são fáceis. Por isso temos dito que devemos estimular, mas não forçar, a articulação e a convergência. Parece-me que onde seja possível celebrar acordos devemos celebrá-los, mas, evidentemente, não poderemos trabalhar em um programa geral para todos os temas.

Esse era o comentário que queria fazer. Passamos para o outro ponto.

8. Informe sobre a participação do Secretário-Geral no Primeiro Seminário de Integração Econômica do Centro-Oeste Sul-Americano, em Cuiabá, Mato Grosso.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, depois apresentarei por escrito o informe que agora darei, pois acabo de regressar e não tive oportunidade ainda de escrevê-lo. Como vamos ter uma reunião de Altos Funcionários na próxima semana e somente depois teremos uma reunião do Comitê, considere mais oportuno fazer este informe agora, enquanto o tema está mais ativo.

Eu fui a Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, para participar de um seminário sobre a integração do Centro-Oeste Sul-Americano. Este Seminário está dentro da cooperação com a CAF, que tive oportunidade de anunciar nesta sala. É um trabalho que trata de identificar as potencialidades e os problemas para o desenvolvimento de uma vastíssima região, abrangendo três grandes estados brasileiros que estão na fronteira oeste do Brasil; Bolívia, Paraguai, norte da Argentina, norte do Chile e sul do Peru. E do Brasil, na medida em que essa região esteja atendida pela Hidrovia, há uma extensão do desenvolvimento dessa região para aqui, a própria foz do Rio de la Plata, através da Hidrovia que os senhores conhecem.

Essa região tem uma grande potencialidade em todos os países mencionados. Para que os senhores tenham uma idéia, somente o Estado do Mato Grosso representa um pouco mais de dez por cento do território do Brasil, está exportando atualmente mais de um bilhão de dólares. Produz mais de seis milhões de toneladas de grãos e tem quinze milhões de cabeças de gado. Os romanos chamavam o gado de *pecus*. Pecuniário significa hoje moeda e vem da palavra *pecus*. Isso indica aos senhores a potencialidade que tem esse Estado.

É uma região com grande potencialidade de turismo, turismo ecológico em todos os países mencionados, e uma região cujas principais motivações para uma participação da ALADI são criar condições para exportar para o resto do mundo e para criar um mercado nessa mesma macro região, mercado que vai configurando-se pouco a pouco.

Os problemas fundamentais que estamos analisando, como os senhores haverão de saber, são o transporte, não só em termos de infra-estrutura física, mas também em termos de funcionamento, de operação, em que há muitos problemas de regulamentação, até mesmo com impedimentos por iniciativas privadas, muito raras, que deveriam ser solucionadas através de acordos e outras medidas.

É um programa que envolve não apenas a participação dos Governos centrais (Governo Federal, no caso do Brasil), como também governos locais, porque muitos dos problemas se solucionam em nível de Estados ou Províncias, inclusive dos Municípios. Por conseguinte, é um desenvolvimento que deve abranger toda a sociedade.

O seminário foi organizado com nossa participação, foi organizado fundamentalmente pela Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso e pelo GEICOS. O GEICOS é o grupo empresarial de integração do Centro-Oeste Sul-Americano. E o seminário teve muito êxito porque foi realmente um seminário de trabalho em que durante dias nós coletamos os principais problemas e as principais potencialidades relacionadas com esta área mais diretamente ligada ao Mato Grosso, com a presença de entidades empresariais de vários Estados e de outros países.

Cabe salientar que o seminário foi aberto pelo Governador do Estado do Mato Grosso, Doutor Dante de Oliveira. Recebi dele, na minha condição de Secretário-Geral, o caráter de convidado oficial do governo durante aquele dia. Assistiu com muita atenção à nossa apresentação sobre a forma em que estão avançando os acordos de integração nesta Casa e como estes acordos podem favorecer o projeto de integração do Centro-Oeste Sul-Americano. Diga-se, de passagem, que a integração desta região é meta política de quase todos os Municípios e Governos de Províncias e Estados aí envolvidos.

Quais são os interesses que eles têm? Saída para os dois oceanos em todas as Províncias e Departamentos. Esse é seu grande problema: a saída de suas exportações para os dois oceanos.

Então, coloca-se muito claramente já a identificação de determinados corredores bioceânicos, a utilização da Hidrovia Paraguai-Paraná, o desenvolvimento energético através do gás e de hidrelétricas que estão sendo construídas. Na realidade, é um programa grandioso, de múltiplos aspectos, de múltipla participação de vários atores e me parece que foi uma medida muito acertada que como ALADI nos tivéssemos incorporado ao mesmo para criar um ambiente que possa facilitar as questões de transporte, de passagem fronteiriça, aduaneira, onde há muitos problemas. Há lugares para onde o fiscal aduaneiro vai apenas uma vez por semana e mora a oitenta quilômetros. Existe também um grande desconhecimento dos acordos nas fronteiras. Neste sentido também foi bom que estivéssemos unidos com a CAF nessa empresa.

Nessa reunião que tivemos já foram apresentados pelo menos alguns projetos à CAF através de Carlos Zannier, quem começou a considerar esses projetos em uma análise preliminar.

Nota-se também que há uma grande potencialidade no turismo, o turismo nos dois sentidos: no sentido de levar as pessoas que têm poder de compra desta região do Brasil para os Andes e dos Andes para esta região. Há uma enorme possibilidade de turismo e, portanto, os problemas de transporte aéreo e de infra-estrutura turística passam a ser prioritários, bem como a preparação de recursos humanos para essas atividades que, sem dúvida, serão muito importantes.

Para que os senhores tenham uma idéia, o Presidente da Federação do Mato Grosso, industrial de muita riqueza e de muita atividade, tem empresas de ecoturismo, o que indica que o ecoturismo não é algo próprio de sonhadores ecológicos; é um negócio rentável. Além disso, há uma grande consciência de que tudo seja feito respeitando o meio ambiente. Tanto é assim que entre os projetos considerados dentro desse programa com a CAF está o desenvolvimento de uma região de exploração de recursos de biodiversidade proposto por um representante da procuradoria da República, que é um órgão ligado ao Poder Judiciário, que trata de preservar os direitos do cidadão e os direitos do meio ambiente.

Isso era, Senhor Presidente, o que tinha para informar, de forma muito breve, sobre esta viagem. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado por seu informe.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente. Agradeço ao Senhor Secretário-Geral seu informe. Acompanhei com muita atenção sua apresentação e considero que realmente foi uma reunião muito importante, transcendente, não apenas para o Brasil, especialmente o Estado do Mato Grosso, mas também para toda a região, como muito bem disse o Senhor Secretário-Geral. As novas alternativas que surgem hoje em função das comunicações bioceânicas, da potencialidade da Hidrovia, do melhoramento dos portos, do barateamento dos portos, constituem uma meta que vai além de uma simples quimera ou manifestação de bons desejos; constituem um poderoso aliciente também para os operadores econômicos, que são, finalmente, os destinatários de todos os esforços que estamos fazendo.

Desejaria solicitar ao Senhor Secretário-Geral o relatório final dessa reunião e um relatório seu com as expressões que acaba de manifestar e com algumas outras que possam servir-nos de referência.

O simples fato de que 3.446 quilômetros da Hidrovia estejam sendo considerados por Governos de cinco países nos dá a pauta da importância que esses Governos atribuem a esta importante via de comunicação e de viabilidade de movimentação de nossos produtos e de nossas mercadorias. Repito que isso é muito importante. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria agradecer o informe do Senhor Secretário-Geral sobre sua viagem a meu país, a Cuiabá, e dizer apenas que me associo a tudo quanto disse o Senhor Representante do Paraguai.

PRESIDENTE. Muito bem, passamos ao outro ponto.

9. Sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

PRESIDENTE. Quem vai apresentar o tema?

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (José Piedrahíta). Obrigado, Senhor Presidente.

Quero transmitir ao distinto Comitê de Representantes o pedido e o desejo dos Governos dos países de menor desenvolvimento econômico relativo de que o tema correspondente a nossos países -para dar-lhe independência, hierarquia e entidade política no contexto da agenda da reunião do Conselho de Ministros- conste de forma independente. Esse é o pedido formal dos Governos dos países de menor desenvolvimento econômico relativo que fazemos ao Comitê de Representantes. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Há uma proposta do Equador, em representação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, para que este tema figure na agenda de forma separada e independente. Submeto a proposta à consideração dos senhores.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Uma pergunta: estaríamos perante uma proposta no sentido de modificar a convocação e a agenda?

PRESIDENTE. Sim, isso é o que eu entendo. Devemos levar em conta que temos vinte dias, segundo os regulamentos, para fazer modificações. Também está pendente um tema, porque devemos decidir se o incluímos ou não, e este poderia ser outro caso em que o Comitê estivesse de acordo.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Obrigado, Senhor Presidente. Minha Representação não tem opinião formada sobre esta proposta da Representação do Equador, da qual estamos tomando conhecimento neste momento.

Pediria a Vossa Excelência que deixássemos pendente a proposta da distinta Representação do Equador e que a discutíssemos quando continuemos preparando a reunião do Conselho de Ministros. Essa seria minha sugestão: discutir isto durante a preparação da reunião do Conselho de Ministros. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente. Eu queria dizer somente que o manifestado pelo Equador representa a opinião dos três países de menor desenvolvimento econômico relativo.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente; eu queria somente apoiar a sugestão do México no sentido de deixar pendente esta sugestão. De qualquer forma, deveríamos modificar a agenda que já aprovamos para o Conselho. Mas, como temos um grupo de trabalho que está analisando a preparação de um eventual projeto de resolução, parece-me melhor esperar até vermos as conclusões deste grupo de trabalho antes de tomar uma decisão sobre a agenda final da reunião do Conselho. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). No mesmo sentido que o México e o Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Julio Balbuena López-Alfaro). Eu também desejaria aderir à posição do Brasil e da Argentina no sentido de que seria conveniente esperar os resultados desse grupo de trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (José Piedrahíta) Obrigado, Senhor Presidente. Ressalvando nosso direito imaneente como países-membros da ALADI, como países soberanos de pedir a inclusão deste tema na agenda, não temos inconveniente em que a proposta fique pendente até uma segunda oportunidade, depois de que se conheça o informe do grupo correspondente, que coordena o distinto Embaixador do México. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Então, procederemos dessa forma. Passamos a assuntos diversos.

10. Assuntos diversos.

- Reunião de Altos Funcionários na sede da Associação (11 de setembro de 1998).

PRESIDENTE. Desejaria fazer alguns comentários, relacionados com a reunião de altos Funcionários em assuntos de integração, convocada para o dia 11. A reunião será aberta às nove e trinta da manhã e nessa oportunidade serão eleitas as autoridades. O Secretário-Geral e eu pronunciaremos umas breves palavras. Consideramos que a Presidência deveria ser exercida pelo país sede. A Representação da Colômbia não poderá estar na Presidência porque está também a Vice-Ministra participando das negociações com o MERCOSUL. Portanto, pedimos ao Embaixador Rosselli que presida esta reunião. A idéia é que na reunião se avance com base em apresentações dos países e desejaríamos sugerir-lhes que solicitem aos respectivos delegados que se concentrem fundamentalmente no tema do papel da ALADI no processo de integração. Temos um dia, e é importante concentrar a discussão, principalmente, neste tema.

A Secretaria-Geral oferecerá um almoço para três representantes de cada um dos países-membros, no Clube de Golfe, e depois continuaria a sessão de trabalho. O encerramento, possivelmente seria às cinco e trinta da tarde, ou antes. A idéia não é aprovar um documento com conclusões, mas basicamente, um relatório onde cada um dos países apresente sua posição a respeito do papel da ALADI no processo de integração que sirva ao Comitê de Representantes como elemento de juízo para orientar suas atividades até a reunião do Conselho de Ministros.

- Próxima reunião de Chefes de Representação.

Pensamos também que na próxima quarta-feira não haveria reunião de Chefes nem do Comitê de Representantes porque, paralelamente serão realizadas as negociações entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL. Teríamos uma reunião de Chefes na quarta-feira, dia 16, para fazer uma primeira avaliação dos resultados da reunião de Altos Funcionários em assuntos de integração e orientar os trabalhos.

Dia 16 é a data nacional do México. Então, dia 17 estaria bem?

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Devo viajar a Buenos Aires para assistir ao seminário.

PRESIDENTE.. Então, terça-feira, dia 15.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Uma pergunta: poderia, por favor, repetir o horário da reunião de Altos Funcionários?

PRESIDENTE. Será distribuído o programa para conhecimento de todos.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Desculpe, Senhor Presidente. A data nacional do México é nos dias 15 e 16 de setembro.

PRESIDENTE. Teríamos, então, duas alternativas: segunda-feira ou sexta-feira.

Sexta-feira é o dia do Chile.

SECRETÁRIO-GERAL. Deve ser no dia 21.

PRESIDENTE. Poderia ser nas segundas-feiras, dias 14 ou 21. Qual preferem?

Bem, então, segunda-feira, dia 21. Muito obrigado.

Encerra-se a sessão.
